



**A literatura infantil e a formação de leitores na escola,
segundo Bárbara Vasconcelos de Carvalho e Juracy Silveira**

Children's literature and the formation of readers at school,
according to Bárbara Vasconcelos de Carvalho and Juracy Silveira

La literatura infantil y la formación de lectores en la escuela,
según Bárbara Vasconcelos de Carvalho y Juracy Silveira

Márcia Cabral da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-8748-5893>
<http://lattes.cnpq.br/3141195844022565>
marciacs.uerj@gmail.com

Aline Santos Costa de Lemos
Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-1888-7554>
<http://lattes.cnpq.br/3319127020645168>
aline.s.costa.lemos@gmail.com

Resumo

A partir da análise de dois impressos didáticos, o *Compêndio de Literatura Infantil*, (1959) de Bárbara Vasconcelos de Carvalho e do manual *Leitura na Escola Primária*, (1960) de Juracy Silveira, busca-se responder: quais concepções sobre literatura infantil estão presentes nos impressos? E qual papel da escola e do professor na formação do público leitor infantil?”. À análise das fontes soma-se o diálogo com teóricos do campo da Manualística, em especial Alain Choppin (2002) e Augustin Escolano (2012); da história da educação brasileira, com destaque para os estudos de Carlota Boto (2018); Diana Vidal (2001;2009); Fernando de Oliveira (2011; 2012;2013) e da formação de leitores, como Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2019), Márcia Cabral da Silva (2009); Márcia Cabral da Silva e Estela Natalina Mantovani Bertolotti (2017). Os resultados apontam para uma relação de proximidade entre as concepções de literatura infantil e de formação de leitores nos dois impressos.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Formação de Leitores; Escola; Impressos Didáticos.

Abstract

Based on the analysis of two didactic books, the Compendium of Children's Literature (1959) by Bárbara Vasconcelos de Carvalho and the manual Reading in Primary School (1960) by Juracy Silveira, the aim is to answer: what conceptions of children's literature are present in these books? And what is the role of the school and the teacher in educating children's readers?". In addition to the analysis of the sources, there is a dialog with theorists from the field of Manualistics, especially Alain Choppin (2002) and Augustin Escolano (2012); from the history of Brazilian education, with emphasis on the studies of Carlota Boto (2018); Diana Vidal (2001;2009); Fernando de Oliveira (2011; 2012;2013) and reader education, such as Marisa Lajolo and Regina Zilberman (2019), Márcia Cabral da Silva (2009); Márcia Cabral da Silva and Estela Natalina Mantovani Bertoletti (2017). The results point to a relationship of proximity between the conceptions of children's literature and reader training in the two publications.

Keywords: Children's Literature; Training Readers; Schools; Textbooks.

Resumen

A partir del análisis de dos libros impresos, el Compendio de literatura infantil (1959), de Bárbara Vasconcelos de Carvalho, y el manual La lectura en la escuela primaria (1960), de Juracy Silveira, se pretende responder a las siguientes preguntas: ¿qué conceptos de literatura infantil están presentes en estos libros? ¿Y cuál es el papel de la escuela y del profesor en la formación de lectores infantiles?». Además del análisis de las fuentes, hay un diálogo con teóricos del campo de la Manualística, especialmente Alain Choppin (2002) y Augustin Escolano (2012); de la historia de la educación brasileña, con énfasis en los estudios de Carlota Boto (2018); Diana Vidal (2001;2009); Fernando de Oliveira (2011; 2012;2013) y de la educación lectora, como Marisa Lajolo y Regina Zilberman (2019), Márcia Cabral da Silva (2009); Márcia Cabral da Silva y Estela Natalina Mantovani Bertoletti (2017). Los resultados apuntan a una relación de proximidad entre las concepciones de literatura infantil y formación de lectores en las dos publicaciones.

Palabras clave: Literatura infantil; Formación de lectores; Escuelas; Libros de texto.

Recebido: 17/10/2025

Aprovado: 02/03/2026

O presente artigo versa sobre a concepção de literatura infantil e a importância da escola na formação de leitores a partir de dois impressos pedagógicos, voltados para a formação de professores, que circularam na década de 1960, o *Compêndio de Literatura Infantil*, de Barbara Vasconcelos de Carvalho e o manual de *Leitura na Escola Primária*, de Juracy Silveira. No primeiro impresso, a educadora Bárbara Vasconcelos de Carvalho apresenta um amplo estudo sobre os livros infantis, apontando a tradição oral como uma suposta origem deste gênero textual. Questões como os predicativos ideais para os livros infantis, bem como atividades para incentivar a leitura em sala de aula são registradas no compêndio. Já no manual, ao tratar dos processos de leitura ocorridos nas escolas primárias, apresenta-se certa perspectiva acerca da relação da escola com a formação de leitores. Vale ressaltar também que no segundo impresso a questão dos predicativos considerados adequados aos livros infantis aparecem de forma indireta. Em seu manual, Juracy Silveira refere-se aos livros destinados às crianças como livros infantis ou livros de leitura. Essa imprecisão do termo está relacionada à própria configuração do campo da literatura infantil. Estudos implementados por Regina Zilberman (2004) apontam que livros ficcionais, direcionados ao público infantil, datam, aproximadamente, dos séculos XVII e XVIII, no contexto de mudanças políticas, econômicas e culturais significativas na Europa.

A partir desse momento, a criança passou a ser observada em seu desenvolvimento cognitivo e moral. O crescimento das escolas também resultou na necessidade de materiais que não apenas auxiliassem no ensino da leitura, mas também que fossem capazes de fazer circular ideias de comportamentos considerados adequados às crianças. Um desses materiais foi o chamado “livro de leitura”, que em geral apresentava histórias ficcionais, imbuídas de personagens com comportamentos exemplares e de lições de moral (Zilberman, 2003). Isso, contudo, não limita a literatura infantil à sua relação com a escola e a pedagogia. A mesma autora salienta que, para além das expectativas pedagógicas, a literatura infantil tem também como característica a plasticidade dos temas, que podem ser mais realistas ou fantásticos – podendo, inclusive, estar presentes na mesma narrativa. A esse respeito, vale ressaltar que a receptividade infantil por determinados livros ou histórias está relacionada à capacidade infantil de se identificar com os personagens e com as histórias narradas, o que, de certa forma, foge ao “controle” dos adultos (Zilberman, 2004). É a perspectiva do livro infantil ficcional capaz de auxiliar na formação do público leitor infantil que a educadora Juracy Silveira apresenta em seu manual, direcionado aos alunos do curso normal. Contudo, a educadora não deixa de ponderar a importância da identificação do público leitor destinatário, isto é, a criança, com os livros oferecidos a elas. Em busca de delimitar qualidades esperadas nos livros infantis, Silveira aponta:

Apresentação gráfica: a feitura do material do livro exerce grande influência sobre a criança. Livros bonitos, com gravuras coloridas, impressos em bom papel, de formato adequado, são sempre recebidos com alegria. A criança sente prazer em folheá-los e uma curiosidade vital para saber o que dizem, que histórias contam, etc. As ilustrações devem estar de acordo com o texto, para facilitar a interpretação, e, pelas qualidades estéticas, devem concorrer para a educação artística da criança (Silveira, 1960, p. 123).

Conteúdo: as histórias ou temas devem ser vivos e atraentes, girando em torno dos interesses infantis predominantes na idade de 7 a 8 anos. É preferível guiar-se o professor pela escolha da cartilha e do primeiro livro de leitura pela análise objetiva desses interesses e pela observação da reação dos pequenos leitores do que julgá-los à luz dos seus próprios critérios, ou seja, pela soma de suas experiências, como adulto (Silveira, 1960, p. 124).

A análise dos dois trechos do manual *Leitura na escola primária* nos permite observar, por um lado, a tentativa de direcionar a escolha dos livros de leitura infantis, por parte dos futuros professores, a partir de critérios estéticos, como a presença de gravuras (para usar um termo da época), que fossem agradáveis às crianças e, ao mesmo tempo, colaborassem para sua educação estética. Por outro lado, ao tratar do conteúdo, a educadora defende que as histórias presentes tanto nos livros de leitura, quanto nos livros especificamente didáticos – como é o caso da cartilha – deveriam estar de acordo com os interesses infantis, levando em consideração a idade do público leitor em questão, isto é, crianças entre 7 e 8 anos de idade. A ideia de observar os gostos infantis para melhor direcionar os livros para circulação no âmbito escolar não era uma novidade na década de 1960. Em 1936, a Comissão Nacional de Literatura Infantil, a partir de pareceres e artigos, também observava essa importância, para que as histórias tivessem um maior alcance (Gomes, 2003). A divisão do público leitor almejado em faixas etárias, tal qual ocorreu com as seriações escolares, está relacionada às ideias da psicologia do desenvolvimento, em especial àquelas divulgadas por Jean Piaget e Edouard Claparède¹ (Costa, 2011).

No que diz respeito à análise de manuais e compêndios didáticos, é fundamental ponderar que estamos lidando com um tipo específico de impresso. As especificidades desses materiais precisam, portanto, ser consideradas quando tomamos os manuais de ensino como fonte a ser pesquisada. Como objeto indiciário, os manuais e compêndios didáticos têm como papel principal perpetuar certos tipos de conhecimentos, práticos ou teóricos, para as gerações futuras (Choppin, 2002). Ainda a respeito desses impressos, eles podem ser considerados ícones geracionais (Escolano, 2012), tanto por trazerem marcas das culturas escolares quanto por também reverberarem questões políticas e sociais da época de sua produção. O termo geração, aqui, refere-se a grupos de pessoas que passaram por processos formativos similares, em um mesmo período, e que compartilham paradigmas, crises políticas e, em alguns casos, passaram pelas mesmas instituições de formação (Gomes & Hansen, 2016, p. 25). Em ambos os impressos, o compêndio de Barbara Vasconcelos de Carvalho e o manual de Juracy Silveira apontam para a geração formativa de suas autoras, e que, de certa forma, reverbera na geração que se encontrava em formação acadêmica e profissional no período de circulação dos livros.

A educadora Bárbara Vasconcelos de Carvalho nasceu na cidade de Salvador, Bahia, em 1915. Ainda que tenha se formado professora primária na década de 1930, na Escola Normal da Bahia, começou a exercer o magistério apenas na década de 1940, após o falecimento de seu marido. Foi professora de Língua Portuguesa no Instituto Normal da Bahia (1943 – 1952), além de atuar como professora em colégios de ensino secundário, ministrando a mesma disciplina. A educadora veio para o Rio de Janeiro (Distrito Federal à época), onde participou de curso de especialização em Literatura Brasileira, durante o ano de 1952. No mesmo ano, mudou-se para São Paulo, onde continuou lecionando. Em 1957 foi diretora do colégio Ginásio de Vila Formosa (SP), no qual participou da reformulação curricular do curso normal da instituição, inserindo a literatura infantil como disciplina. No mesmo período, Carvalho foi convidada a compor a equipe responsável pela reformulação do currículo de Língua Portuguesa dos cursos normais do estado de São Paulo. Nesse sentido, além de lecionar em escolas primárias e secundárias (onde atuou como professora de Língua Portuguesa) e em cursos normais, a educadora Bárbara de Vasconcelos Carvalho também exerceu cargos na administração pública de São Paulo, atuando diretamente na composição curricular dos cursos normais. Ademais, a intelectual também produziu manuais didáticos e livros de leitura, dentre os quais, destacam-se: *Cancioneiro da criança* (1960) e *Folclore para crianças* (s/d). Ao longo de sua trajetória, Bárbara Carvalho publicou cerca de 14 livros infantis, sendo alguns publicados pela editora Melhoramentos, de São Paulo, durante a década de 1990 (Oliveira, 2011).

¹ No âmbito dos estudos da psicologia experimental, as ideias de Jean Piaget, que apontam que o desenvolvimento infantil se daria por “fases”, de acordo com “faixas etárias” e de Edouard Claparède – que considera o interesse “natural” das crianças como indicativo de sua “fase” de maturidade emocional e cognitiva – auxiliaram o desenvolvimento de estudos sobre os livros infantis e a relação destes com seu público leitor almejado.

Ao total, foram cinco os livros publicados pela editora paulistana, são eles *A casinha da chaminé azul*; *Os dois gatos*; *Uma avenida na floresta*; *O papagaio Tubiba* e *A galinha contente*. Os cinco livros fizeram parte da série Calunga, da Editora Melhoramentos, destinada a crianças que ainda não sabiam ler. Como características das histórias destacam-se animais que agiam e pensavam como Seres Humanos, “moral da história” ao final de cada narrativa e a presença de ilustrações coloridas (Oliveira, 2011, p. 66)².

No contexto das décadas de 1950 e 1960, observa-se o surgimento de compêndios e manuais de ensino, voltados para a formação de professores, cujo tema principal ou secundário é a literatura infantil. O segundo manual aqui estudado intitula-se *Leitura na Escola Primária*, de Juracy Silveira. Ainda que a literatura infantil, como disciplina na formação de professores datasse da década de 1930 (Vidal, 2001), foi a partir da década de 1940 que manuais didáticos com a temática são escritos, tornando o conhecimento acerca do livro infantil mais sistematizado.

Juracy Silveira nasceu na cidade de São Fidelis, interior do Rio de Janeiro, no ano de 1898 e, aos sete anos de idade, mudou-se para a Capital Federal. Formou-se professora primária e, na década de 1920, filiou-se à Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924. Ao longo da década de 1930, a ABE ofereceu cursos de aperfeiçoamento para professores primários e Juracy Silveira participou como aluna de alguns desses cursos, em especial na área de Psicologia Experimental e Administração Escolar. Ainda na década de 1930, Juracy atuou como professora assistente das disciplinas “Leitura e Linguagem” e “Literatura Infantil”³, no Instituto de Educação do Distrito Federal⁴. Tanto no âmbito da ABE quanto no Instituto de Educação do Distrito Federal, a educadora aproximou-se nomes de projeção da educação brasileira do período, em especial, Anísio Teixeira e Manuel Bergstöm Lourenço Filho. Assim como ocorre na trajetória de Bárbara de Vasconcelos Carvalho, Juracy Silveira também transita entre a docência (primária, secundária e no Curso Normal), a direção escolar, a escrita de materiais didáticos e a atuação na administração

² Em seu livro **Bárbara Vasconcelos de Carvalho e o ensino de literatura infantil no Brasil**, derivado de sua dissertação de mestrado, o Professor Doutor Fernando Rodrigues de Oliveira apresenta um estudo aprofundado sobre a trajetória e as obras da educadora Bárbara Vasconcelos de Carvalho. Outro objeto que faz parte dos estudos do pesquisador é a disciplina Literatura Infantil no curso de formação de professores em São Paulo.

³ A disciplina Literatura Infantil, ofertada para os alunos do terceiro ano do curso de formação de professores, à época de sua configuração, isto é, durante os anos de 1930, não contava ainda com estudos sistematizados acerca da temática. Sendo assim, os professores da disciplina lançavam mão de estudos na área da psicologia do desenvolvimento infantil, da literatura geral, do folclore e de alguns raros e escassos artigos publicados sobre o tema “literatura infantil”, para compor a bibliografia da disciplina. Os manuais aqui estudados, assim, configuram-se em trabalhos mais sistematizados sobre o tema da literatura infantil e da formação de leitores, em período posterior ao surgimento da disciplina no Rio de Janeiro. Sobre isso ver: COSTA, Aline Santos. **A conformação da Literatura Infantil como disciplina no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1938)**. 2018. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Já no estado de São Paulo, estudos implementados por Fernando Rodrigues Oliveira (2014) apontam que a Literatura Infantil começa a se configurar como disciplina na formação de professores, a partir de 1947. O autor também chama a atenção para a escassez de estudos sistematizados sobre o tema e ressalta a relevância dos manuais de literatura infantil produzidos a partir de 1949, para os debates em torno dos livros infantis.

⁴ O Instituto Federal do Rio de Janeiro, criado no ano de 1932, teve como principal preocupação a formação profissional de professores. Em seu currículo, promulgado durante a gestão de Anísio Teixeira na Direção Geral de Instrução Pública, foi marcado pela presença de disciplinas voltadas para o saber técnico, capaz de formar os futuros professores para a prática em sala de aula. Para isso, contava com a presença das chamadas “matérias de ensino”, caracterizadas pela preocupação com o saber sobre o desenvolvimento infantil, bem como atividades didáticas para a atuação no âmbito escolar. Destas disciplinas faziam parte “Leitura e Linguagem” e “Literatura Infantil”. Sobre essa questão ver: LOPES, Sônia de Castro. “O Currículo como representação de uma nova cultura pedagógica: A ‘Escola de Professores’ do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932 – 1939)”. In: FERREIRA, Marcia Serra; XAVIER, Libânia; CARVALHO, Fábio Garcez (org). **História do Currículo e História da Educação: Interfaces e diálogos**. Rio de Janeiro: QUARTET;2013; e COSTA, Aline Santos. **A conformação da Literatura Infantil como disciplina no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1938)**. 2018. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

pública voltada para a educação. No ano de 1942, Silveira atuou como Chefe de Distrito Educacional e, em 1950, foi nomeada chefe do Departamento de Educação Primária, ambos os cargos no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Ainda nas décadas de 1930 e 1940, Juracy Silveira escreveu artigos acerca da literatura infantil e da formação de leitores, dentre os quais destacam-se: “Como Pode a diretora melhorar o ensino a cargo de suas auxiliares” (1934); “Leitura na escola primária” (1939) e “Monteiro Lobato e as crianças” (1948).

Nas três produções supracitadas, Juracy Silveira apontava para a importância do ensino da leitura, bem como a circulação de livros literários no âmbito escolar. No artigo de 1934, publicado na revista *A Escola Primária*, intitulado “Como Pode a diretora melhorar o ensino a cargo de suas auxiliares”, a educadora discorre sobre os índices de reprovação entre alunos da escola primária, suas causas principais e o que a escola na qual atuava como diretora estava fazendo para melhorar a situação de aprendizagem entre os alunos. Dentre os motivos para o alto índice de repetência e abandono escolar, Silveira aponta questões como a pobreza, que fazia com que muitas crianças deixassem a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Já em relação ao aprendizado, as dificuldades teriam relação tanto com as questões sociais (fome, adoecimento, pouca noção de higiene) quanto com aquelas referentes à organização administrativa e pedagógica da escola e com a formação de professores. Para tentar melhorar a aprendizagem dos alunos da escola sob sua direção, a educadora lançou mão de projetos como alimentação na escola; atividades de aperfeiçoamento pedagógico para as professoras e a criação de horas livres de leitura, nas quais os alunos, ao longo do dia, poderiam ir à sala de leitura, onde poderiam tanto ler os livros que lhes agradassem, além de participar de atividades de contação de histórias, leitura compartilhada, etc. “A hora livre de cada turma, era expandida geralmente na sala de leitura. Esta iniciativa foi a que mais largas compensações à direção, não só pelo resultado confortador do teste de linguagem, como também por ter facilitado de muito o problema da disciplina” (Silveira, 1934, p. 63). No mesmo artigo, mais adiante, a autora aponta alguns nomes de livros, que foram lidos pelos alunos no âmbito escolar e apareceram como preferidos entre os educandos, em um inquérito realizado pela própria diretora da escola. Dentre os títulos destacam-se *O Saci* (Monteiro Lobato); *A branca de neve* e *Robson Crusoe*. Nesse sentido, a questão da preocupação com a formação dos leitores apresentava-se em discussão em artigos anteriores, escritos pela educadora fluminense.

O segundo artigo no qual a questão da leitura é apontada intitula-se “Leitura na escola primária”, publicado na revista *Educação*, da Associação Brasileira de Educação (ABE), no ano de 1939. Criada no ano de 1939, a revista *Educação* tinha como principais objetivos informar sobre as atividades da ABE, bem como veicular os debates educacionais ocorridos naquele momento (Cunha, 2021). Nesse sentido, Juracy Silveira, que também fazia parte da Associação, publicou o artigo no qual fazia a defesa do ensino da leitura, na escola primária, tanto em seus aspectos técnicos quanto em relação à importância de se adotar atividades pedagógicas para incentivar o gosto pela leitura. O estudo apresentado no artigo de 1939 será retomado pela educadora já na década de 1960, quando publica o seu manual para o ensino normal, com o mesmo título do artigo. No ano de 1948, Juracy Silveira publicou, mais uma vez, na revista *Educação* da ABE. Desta vez, o artigo intitulado “Monteiro Lobato e as crianças”, Silveira problematizou os livros infantis, procurando apontar a importância destes e, sobretudo, a relevância da obra de Monteiro Lobato para as crianças brasileiras. Na publicação, ressaltou a importância da imaginação e da fantasia para a formação cognitiva, moral e psicológica dos pequenos leitores. Nesse sentido, é possível considerar que a educadora estava inserida nos debates educacionais acerca do livro infantil e da formação de leitores e a escola era considerada, nesses artigos, como espaço privilegiado para a circulação desses livros.

Ainda que as autoras do compêndio e do manual tivessem trajetórias distintas, pode-se inferir que ambas fizeram parte, de certa forma, de uma mesma geração intelectual, compartilhando de ideias circulantes nos cursos de formação de professores em diferentes

partes do Brasil. Quando Bárbara de Vasconcelos Carvalho começou sua trajetória intelectual, Juracy Silveira já tinha ampla atuação profissional do Distrito Federal. Contudo, a análise do compêndio de Carvalho aponta para aproximação de ideias circulantes que também foram defendidas por Silveira, tais como a atribuição da origem das histórias infantis às tradições orais (contos de fada, canções e versos populares, adivinhações, etc); a defesa do elemento fantástico nas narrativas para crianças e a consideração de interesses literários infantis de acordo com a faixa etária.

O *Compêndio de Literatura Infantil*, de Bárbara de Vasconcelos Carvalho (1959) é composto por 24 pequenos capítulos. Antes dos capítulos, contudo, a autora apresenta uma introdução, na qual discorre sobre a importância que a Literatura Infantil ganhou, ao longo dos anos, no âmbito escolar, e que, apesar de tal relevância, até aquele momento, poucos eram os estudos sistematizados sobre a temática (Carvalho, 1959).

A literatura infanto-juvenil tem despertado um interesse cada dia mais crescente, entre aqueles que se preocupam com os problemas educacionais. Entretanto, é lamentável observar-se que esse interesse se restrinja a um número limitado de educadores, especialmente, professores de Português; e, mesmo assim, não todos. Na realidade, o verdadeiro valor e objetivo da literatura infantil ainda não está precisa e devidamente compreendido pela maioria. É necessário que seja revelado o estudo da literatura infantil, a fim de atingir a extensão que exige a sua valorização, considerando-se a penetração e a profundidade de seu conteúdo (Carvalho, 1959, p. 11).

Assim, os estudos mais sistematizados dos quais a literatura infantil carece teriam o papel de auxiliar na compreensão deste gênero literário que, segundo a educadora, ainda era tão mal compreendido e, de certa forma, desvalorizado. Uma das críticas feitas por Bárbara de Carvalho, em seu compêndio, diz respeito à consideração da literatura infantil como subliteratura. Ao defender o gênero, Carvalho pondera que a literatura infantil é um gênero tão o mais rico em termos estéticos que a literatura para adultos.

Por sua vez, o manual *Leitura na Escola Primária* (1960) é composto por doze capítulos, que direta ou indiretamente apresentam questões relacionadas à literatura infantil e à formação de leitores. O primeiro capítulo, intitulado “Valor cultural da Leitura” apresenta o subtópico “Responsabilidade da escola em relação à leitura”. Uma vez que são materiais com características específicas, o uso dos livros didáticos como fonte impele o pesquisador a considerar algumas questões. Uma delas é sua própria organização, pensada para que se torne inteligível a seu público leitor (Boto, 2018). No caso específico dos impressos aqui analisados, ambos tinham como objetivo a circulação de conhecimentos sobre a formação do leitor e literatura infantil para professores em formação. Ademais, é importante ressaltar que a escolha de conteúdos que serão veiculados nesses materiais está relacionada ao objetivo da “escola moderna”: homogeneizar conjuntos de conhecimentos que se consideram importantes. Isso significa, também, que tais impressos representam certa “leitura sobre o mundo”, implementada por seus autores e que se pretende fazer circular e compor a formação dos estudantes. Dessa forma, conscientemente ou não, tais manuais podem ser excludentes em relação a outras perspectivas – sejam elas pedagógicas, sociais, políticas, históricas – que não sejam alinhadas à concepção curricular vigente (Pereira, 2015).

A partir dessas considerações iniciais, duas questões são levantadas ao analisar ambos os impressos didáticos: a primeira é “qual concepção de Literatura Infantil é veiculada por ambos os manuais?” Ambos os livros didáticos, em algum momento, apresentam uma visão ou perspectiva acerca do que seja literatura infantil e quais predicativos os livros infantis devem

possuir para que sejam considerados adequados e de qualidade? A pergunta seguinte é “qual deveria ser o papel da escola ou, antes, do professor na formação de leitores?”. Para além do aspecto técnico da alfabetização, ambos os livros apresentam ideias acerca da relação da escola com a formação de leitores proficientes, a partir de atividades de incentivo à leitura literária e à criatividade infantojuvenil.

Circulação de ideias e didatização do conhecimento

A Literatura Infantil como disciplina no âmbito da formação de professores data da década de 1932, com a criação do Instituto de Educação do Distrito Federal. Contudo, a circulação de livros infantis na escola primária data, aproximadamente, de finais do século XIX (Lajolo; Zilberman, 2007). No período republicano, com a expansão do ensino público brasileiro, os livros pensados especificamente para circulação nas escolas e com finalidades francamente pedagógicas tiveram maior circulação. Ademais, a escola, ao formar crianças aptas a ler, bem como fazer circular livros destinados ao público infantil, também corroborou para o estabelecimento de um ramo do mercado editorial, destinado às crianças (para circulação também fora do espaço escolar). Nesse sentido, no Brasil, o campo da literatura infantil emerge com uma relação intrínseca ao campo educacional (Silva & Bertolotti, 2017). A criação da disciplina Literatura Infantil, no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932), e a escrita de manuais específicos sobre a temática, nas décadas seguintes, podem ser observados como indícios dessa relação.

Embora já na década de 1930 a literatura infantil começasse a se configurar como disciplina escolar, estudos sistematizados acerca da temática, segundo aqueles que dela se ocupavam, eram praticamente inexistentes. O programa da disciplina Literatura Infantil, do ano de 1935, apontava como estudo sistematizado sobre o livro infantil apenas dois artigos: “O interesse de crianças de Belo Horizonte” (S/d), de Helena Antipoff; e “A literatura infantil” (1923), de Marcel Braunschvid. A bibliografia da disciplina, então, baseava-se em ambos os artigos e livros sobre literatura brasileira e psicologia experimental e desenvolvimento infantil (Costa, 2018). Em 1949, a educadora Janeta Budin escreveu o *Manual de Leitura e Linguagem*, que possuía capítulos dedicados à literatura infantil (que, à época, fazia parte da disciplina Leitura e Linguagem, tendo deixado de ser uma disciplina independente)⁵. Ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, outros autores dedicaram-se a sistematizar conhecimentos sobre o livro infantil, em manuais didáticos voltados para a formação de professores, por exemplo, Antônio D’Ávila; Nely Novaes Coelho e Bárbara de Vasconcelos Carvalho (Oliveira, 2013).

Uma vez que se constituem como objetos de estudo específicos, com características próprias e que se relacionam diretamente com aquilo que se espera da escola (Pereira, 2014), os compêndios e manuais didáticos também carregam consigo indícios de inúmeros componentes das culturas escolares. Como cultura escolar, pode-se definir um conjunto de normas, procedimentos pedagógicos e regras que confere à instituição escolar sua especificidade (Faria Filho; Gonçalves; Vidal; Paulilo, 2004). Nesse sentido, quando mobilizam certas teorias, como a psicogênese do desenvolvimento infantil, para auxiliar na construção do conhecimento sobre a literatura infantil (Carvalho, 1959, p.24); quando propagam como mais

⁵ No Instituto de Educação do Distrito Federal, no período de 1932 até 1939, a Literatura Infantil aparecia no currículo do curso de formação de professores como parte do conjunto de disciplinas denominado “matérias de ensino” (voltadas para a formação prática dos professores). A partir do ano de 1939 a disciplina deixa de existir e o tema “literatura infantil” passou a ser parte da disciplina “Leitura e Linguagem”. Durante o período em que foi disciplina, o programa de curso não contava com manuais didáticos, que pudessem sistematizar os estudos sobre o tema. Os manuais e compêndios sobre livro infantil (ou com capítulos dedicados ao assunto) datam das décadas posteriores. Ver: COSTA, Aline Santos. **A conformação da Literatura Infantil como disciplina no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1938)**. 2018. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

adequados, por exemplo, o método de leitura silenciosa, a partir de trabalhos desenvolvidos com livros ficcionais (Silveira, 1960, p.82), as educadoras deixam indício de certas práticas e teorias que permearam a cultura escolar do período em que os impressos foram publicados. Ademais, ambos foram destinados a formar professores primários, que deveriam auxiliar na manutenção dessa cultura específica do âmbito escolar.

Todavia, longe de reproduzir conhecimentos já estabelecidos acerca dos temas propostos por cada um, isto é, a literatura infantil e a leitura, o compêndio de Bárbara de Vasconcelos Carvalho e o manual de Juracy Silveira reconstruem os conhecimentos que se quer ensinar, organizando-os de maneira didática, trazendo em si prescrições de uso. Tal qual ocorre com as disciplinas escolares, que não são meras reproduções ou simplificações de conhecimentos científicos (Chervel, 1990), os impressos didáticos apresentam reelaborações desses conhecimentos, de maneira a torná-lo mais compreensíveis, estabelecendo, também correlações com outras áreas do conhecimento (Boto, 2018). É o que se observa em ambos os impressos analisados. Tanto Bárbara de Vasconcelos Carvalho quanto Juracy Silveira mobilizam conhecimentos da área de psicologia experimental, da sociologia e da educação para discutir a literatura infantil e a leitura na escola primária. Outro aspecto relevante é que os impressos didáticos também se constituem como meio de veiculação de ideias de autores clássicos da pedagogia (Boto, 2018). A partir desses manuais e compêndios, os conhecimentos científicos se tornam inteligíveis e estabelecem interseções com aspectos do estudo desenvolvido no âmbito dos livros em questão. É possível observar essa circulação em ambos os impressos didáticos aqui analisados. Juracy Silveira, no manual *Leitura na escola primária*, ao refletir sobre o processo de alfabetização das crianças da primeira série da escola primária (com faixa etária em torno de 7 e 8 anos) lança mão da teoria de “Reading Readiness” (Silveira, 1960). Essa teoria, desenvolvida ao longo das décadas anteriores, considera que, para iniciar o processo de aprendizagem, é importante que a criança tenha sinais de “prontidão”, isto é, “amadurecimento cognitivo e emocional” que as capacite para adquirir um novo conhecimento. Essa teoria tem como base estudos acerca do desenvolvimento infantil por meio de fases, tal qual pondera os estudos de Jean Piaget. Silveira (1960) também aborda a importância do interesse da criança sobre novo conhecimento, como forma de melhor aprendizagem deste, o que se relaciona com estudos de autores como, por exemplo, Edouard Claparède (1927).

Bárbara Vasconcelos de Carvalho, por sua vez, em *Compêndio de Literatura Infantil*, de modo similar, utiliza-se dos estudos acerca do desenvolvimento infantil para estabelecer o que seria o tipo de história ideal para crianças de acordo com cada “faixa etária”. A autora pondera “1º - A fase do realismo imaginário, é a fase dos bichinhos, dos 4 aos 6 anos, em que os animais constituem o centro de interesse e motivação dramática[...]” (Carvalho, 1959, p. 24). Nesse sentido, longe de apenas replicar estudos e pesquisas de teóricos da psicologia do desenvolvimento e da área pedagógica, as educadoras se apropriaram de tais estudos para melhor compreender e ensinar – uma vez que se trata de materiais didáticos – o tema a que se propõem, ou seja, a literatura infantil e o ensino da leitura.

O *Compêndio de Literatura Infantil*, de Bárbara Carvalho de Vasconcelos e o manual *Leitura na Escola Primária*, de Juracy Silveira, apresentam, de forma direta e indireta concepções acerca do livro infantil, do leitor e do papel da escola na formação de leitores e na circulação da literatura infantil. Nesse sentido, pode-se levantar a questão: “que concepção de literatura infantil é veiculada em ambos os impressos?”

Concepção de Literatura Infantil segundo Bárbara de Vasconcelos Carvalho e Juracy Silveira

Bárbara Carvalho, em seu compêndio sobre literatura infantil assinala uma relevante consideração sobre as origens da literatura infantil. Segundo a autora, o desenvolvimento da literatura infantil está relacionado, diretamente, à “descoberta” da infância, isto é, das especificidades da

criança. Evocando os estudos da psicologia experimental, de finais do século XIX e início do século XX, Carvalho argumenta que: “[...] Só a Psicologia Infantil, nos finais do século XIX, com seus primeiros estudos científicos de ordem experimental, e suas primeiras pesquisas técnicas, vem adentrar-se na alma infantil, captando-lhes as reações.” (Carvalho, 1959, p.14). Nesse sentido, para a educadora, estudar a literatura infantil deveria partir do conhecimento sobre o público leitor almejado, isto é, a criança. A Psicologia Infantil, assim, seria importante aliada do educador, para melhor compreender a literatura infantil e seu papel educativo. É também partindo da perspectiva da necessidade de conhecer as necessidades das crianças e destinar a elas uma literatura “sob medida” que a educadora defendeu o uso da fantasia nas narrativas para crianças:

A fantasia e a imaginação não podem prejudicar, como pensam alguns, a realidade; ao contrário, podem suavizá-la, podem ser um oásis dentro da realidade. A imaginação e a fantasia são fontes inexauríveis na criança, que lhe alimentam a inteligência, aperfeiçoam o caráter e purificam o espírito[...]. (Carvalho, 1959, p.9).

Nesse sentido a fantasia e a imaginação são consideradas características comuns à infância e parte significativa de seu desenvolvimento psicossocial. Na busca por estabelecer as características e predicativos da literatura infantil, a educadora parte de características atribuídas ao público leitor destinatário. Assim, aproximando-se do público leitor, o papel educativo e lúdico das histórias infantis seria mais eficaz. Ademais, para Carvalho, a preocupação com os livros infantis emerge com o surgimento de uma educação específica, destinada às crianças. As origens dos livros infantis seria a tradição oral, que, em sociedades antigas, segundo a educadora, adquiria uma perspectiva diferente, de acordo com o público ouvinte. Uma vez que se passou a olhar para a criança como aquela que está ainda em processo de aprendizagem, as narrativas populares (folclóricas) ganharam contorno mais educativos, preocupados com a “moral da história”. Ainda que tenha tido uma origem incerta e relacionada às tradições orais, Bárbara de Vasconcelos Carvalho pondera que:

Embora ainda não possamos caracterizar a literatura do século XVII como uma literatura tecnicamente infantil, procuramos fixar aí o seu início, considerando a impossibilidade, principalmente do ponto de vista psicológico e pedagógico, de encontrar-se naquele século uma literatura especializada[...] Fénelon, preceptor do Duque de Borgogne, o indócil neto de Luís XIV, o Rei Sol. Com o fim de instruir e educar seu discípulo [...] escreveu admiráveis obras para a juventude (Carvalho, 1959, p. 28).

Mais uma vez, duas questões acerca da literatura infantil são consideradas pela educadora. Primeiro, a ideia de que as histórias infantis possuíam uma origem no âmbito da tradição oral, a partir de lendas, rimas, canções populares, tal qual outros autores contemporâneos, como Antônio D’Ávila e Cecília Meireles também haviam considerado. Segundo, haveria também uma literatura intencionalmente infantil e, esta, teria surgido a partir da consideração das especificidades psicológicas e das necessidades educativas atribuídas às crianças.

O manual *Leitura na Escola Primária*, de Juracy Silveira, por sua vez, não apresenta considerações específicas sobre a literatura infantil, pois seu principal foco é debater as formas de ensino de leitura, bem como o papel da escola e, portanto, do professor, no processo de formação de “alunos leitores”. Todavia, a educadora fluminense Juracy Silveira também participou dos debates acerca da literatura infantil brasileira, desde, pelo menos, a década de 1930. Além do manual didático de leitura, Silveira também chegou a publicar artigos acerca do tema, durante a década de 1940, dentre os quais destaca-se *Monteiro Lobato e as Crianças*,

publicado na revista Educação, na edição de outubro de 1948. Nesse artigo, ao discorrer sobre os livros infantis, Silveira aponta:

Os primeiros contatos da criança com a literatura ela ainda os recebe no berço, através dos acalantos. O ritmo determina o estado eufórico que a acalma e a leva ao sono. Com o aparecimento da linguagem, ao ritmo agrega a sonoridade das palavras e rimas, como elementos de prazer estético. É a fase das lengas-lengas que as crianças aprendem e repetem pelo prazer de repetir, não lhes importando o sentido. Com o despertar da inteligência, surge o gosto pelo enredo, pelas estruturas das histórias, a princípio, muito simples, ligado de preferência com o conhecido, com o familiar (pessoas, animais), mas que se vão complicando com o emprego de novos elementos literários – o maravilhoso, a ficção, o espírito de aventura, o mistério, o êxito dos empreendimentos, etc. (Silveira, 1948, p.25).

Assim como Bárbara Vasconcelos de Carvalho, Juracy Silveira também defende a origem da literatura infantil ou, antes, da relação entre a criança e o universo literário, a partir da tradição oral, do folclore. Nesse sentido, a rima e os elementos estéticos das narrativas e cantigas destinadas à infância precedem a própria linguagem escrita e à leitura. Progressivamente, com o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, esta desenvolveria gostos mais amplos no que se refere às temáticas e características das narrativas literárias. Mais uma vez, evoca-se o desenvolvimento psicossocial e cognitivo do público destinatário do gênero, para se tentar definir predicativos e delimitar a literatura infantil. O foco lançado sobre a criança, na relação que as educadoras estabelecem entre Literatura Infantil e leitor presumido, tornou-se possível a partir dos estudos da Psicologia e sua relação com a educação. Pode-se supor, então, que esta seja a característica principal dos estudos realizados por esses educadores em relação ao livro infantil. Todavia, Juracy Silveira e Bárbara Vasconcelos de Carvalho não deixaram de lado outra característica importante conferida à Literatura Infantil, desde, ao menos, o século XIX ou, no caso de Bárbara Carvalho, desde o século XVII: seu potencial moralizador ou mesmo civilizador. Outro aspecto destacado por ambas as autoras é a necessidade infantil dos elementos imaginários, fantasiosos.

Ninguém pode contestar a grande atração que, sobre o espírito infantil exercem as histórias maravilhosas, lidas e ouvidas. Posso citar um exemplo: Como diretora da escola experimental México, consegui, unicamente introduzindo a “hora do conto” no horário dos sábados, uma elevada frequência nesse dia que é sabidamente, de fraca afluência de alunos (Silveira, 1948, p. 25).

Ainda discorrendo sobre a relação da criança com as histórias fantásticas, Silveira justifica-a e, mesmo que de forma implícita, associa tal fenômeno às teorias do estudioso suíço Jean Piaget.

Qual razão desse fascínio? As histórias maravilhosas, jogando com os elementos de arte, de imaginação, de beleza, de emoções e sentimentos desejáveis atingem sua plena finalidade – recreiam a criança proporcionando-lhe uma alegria sadia que é fator de integração da personalidade. [...] A alegria, aqui, é considerada do ponto de vista psicológico – de uma harmonia perfeita entre os processos de assimilação e acomodação que trazem ao indivíduo uma segurança em si mesmo, um bem estar íntimo e conformador [...] (Silveira, 1948, p.25)

No trecho anterior, Juracy Silveira aponta que as histórias fantásticas despertam a alegria nos pequenos leitores e, com isso, eles atingiriam “harmonia perfeita entre os processos de assimilação e acomodação”, uma referência indireta à teoria da construção do conhecimento sob o ponto de vista biológico e psicológico. Segundo Piaget (1964), quando a criança entra em contato com um novo conhecimento, ela busca mentalmente assimilar tal informação. Nesse processo, ela tenta comparar o que ela já conhece com a nova informação. Em seguida, aconteceria o estágio conhecido como acomodação, quando, estabelecendo essas relações entre o novo e o já conhecido, a criança consegue compreender a nova informação que lhe foi apresentada. Sobre a construção do conhecimento, Piaget pondera ainda:

Na realidade, todos os sentimentos fundamentais ligados à atividade do indivíduo já se traduzem em regulações energéticas. O interesse, por exemplo, de que falamos quando nos referimos à primeira infância, é um regulador surpreendente: basta mostrar interesse por um trabalho para encontrar as forças necessárias para o realizar, ao passo que o desinteresse interrompe essa energia (PIAGET, 1993, p. 81).

Assim, em interlocução com a teoria do interesse de Edouard Claparède (1927), Piaget afirma que o interesse é uma força fundamental de motivação para qualquer atividade, sobretudo na infância. Tal motivação também estaria associada à afetividade. Sem ela, segundo Piaget (1964), a vontade não se desenvolve. Sob essa ótica, cumprir o papel educativo da Literatura Infantil dependeria do seu alcance ao gosto infantil, estabelecendo, assim, uma relação de afeto entre o livro e o leitor. Os conhecimentos mobilizados por Bárbara Vasconcelos de Carvalho e Juracy Silveira, em seus respectivos manuais e, no caso da segunda, em artigos publicados em revistas sobre educação, possibilitaram, assim, a circulação tanto dos debates acerca do livro infantil quanto no que se refere ao papel da escola na formação de leitores.

A escola e a formação de leitores

No que tange à formação do público leitor infantojuvenil, tanto Bárbara Vasconcelos de Carvalho quanto Juracy Silveira dão especial atenção à escola ou, antes, ao professor. Vale ressaltar que outros espaços e sujeitos – os quais fazem parte do círculo social da criança – também se constituem como mediadores entre os leitores em formação e a literatura (Silva, 2009). A preocupação com a formação de sujeitos capazes de ler e escrever é fundamental para a instituição escolar. O domínio da leitura e da escrita, em seus aspectos técnicos, contudo, não é a única preocupação dessa instituição. A escola, sobretudo no contexto do Brasil republicano, configurou-se como importante instrumento de homogeneização de culturas, pensamentos e leituras de mundo (Boto, 2018). Desde, pelo menos, o final do século XIX, no Brasil, livros destinados à infância circularam nas escolas públicas e, com eles, nota-se a marca das culturas escolares presentes no período dessa circulação (Vidal, 2005). No caso aqui estudado, isto é, do manual *Leitura na Escola Primária*, de Juracy Silveira e o *Compêndio de Literatura Infantil*, de Bárbara de Vasconcelos Carvalho, o papel da escola na formação de leitores também permite notar uma das culturas escolares em circulação no âmbito da formação de professores, no início dos anos de 1960: o pensar sobre o livro infantil e o ensino de leitura partindo da perspectiva do desenvolvimento dos alunos. Partindo de pressupostos teóricos comuns, sobre o desenvolvimento da criança e da infância, ambas as autoras fomentam, em certa medida, direcionamentos específicos para o trabalho em sala de aula com os livros infantis, seja nas escolhas dos títulos (que perpassam, também, pela classificação etária dos educandos), ou nos métodos de ensino de leitura.

Em seu manual didático, Juracy Silveira apresenta amplo estudo sobre o ensino de leitura na escola primária. Para além do diálogo com teóricos do movimento genericamente categorizado como Escola Nova, em especial John Dewey, Edouard Claparèd e Jean Piaget, a educadora também apresenta experiências práticas, realizadas em escolas primárias da capital federal. Dentre as orientações acerca das modalidades de leitura e aquelas que melhor se adequam ao momento da publicação do impresso, Silveira discorre sobre o papel da escola na formação do público leitor infantojuvenil e afirma:

Não basta que a escola ensine a ler. É necessário estimular, prover a prática e o gosto pela boa leitura, como fatores do desenvolvimento individual e de enriquecimento das condições culturais da comunidade. O habito de estudo, na escola primária, deve firmar-se sobretudo na prática de realizar pesquisas através da leitura [...] (Silveira, 1960, p.42).

No trecho acima, a educadora apresenta como papel da escola a formação de leitores proficientes e, ainda que não focalize a reflexão sobre a leitura de livros de ficção, é possível observar no parágrafo supracitado a “cultura escolar” comum às escolas experimentais⁶, desenvolvidas durante a gestão de Anísio Teixeira na Direção de Instrução Pública do Distrito Federal (Xavier & Rocha, 2016). Juracy Silveira foi diretora, durante os anos de 1930, da Escola Experimental México. Com uma proposta pedagógica inspirada nos estudos do educador norte americano John Dewey, as escolas experimentais visavam incentivar a autonomia dos alunos na busca pelo conhecimento. Também conhecida como “Escola de projetos”, as turmas deveriam realizar estudos a partir de um projeto específico, que mobilizaria as diferentes disciplinas escolares. Uma das experiências apresentadas por Juracy Silveira, em seu manual, foi realizada com alunos da Escola Experimental Guatemala. Silveira relata a proposta para a turma da primeira série primária sobre a vida do campo. A partir desse tema, as disciplinas mobilizadas prioritariamente foram: estudos sociais, ciências, trabalhos manuais e linguagem. No que se refere à linguagem, foi elaborado um livro, com rimas e pequenos versos, relacionados ao tema “Férias na Fazenda”. Tal livro foi escrito e ilustrado por alunos e professores.

Có-co-ri-có! Có-co-ri-có!
- Diva, acorda!
O galo já cantou.
- Pronto, Paulo. Já vou.
- Venham tomar café! (Silveira, 1960, p. 137).

Nesse sentido, o projeto mobilizou atividades que não apenas demandaram o exercício da leitura proficiente por parte dos alunos, mas também a elaboração de pequenas histórias e versos que compuseram o livro, possibilitando o exercício da escrita e da imaginação. Ademais,

⁶ As chamadas Escolas Experimentais foram criadas no Distrito Federal, durante os primeiros anos da década de 1930, por iniciativa de Anísio Teixeira, à frente da Direção de Instrução Pública, no Rio de Janeiro. A ideia era criar escolas com organização e orientação pedagógica voltadas aos princípios de formação propostos por John Dewey. A partir de atividades pedagógicas (elaboração de projetos, de clubes literários, trabalhos coletivos) pretendia-se formar um cidadão apto a cooperar com a sociedade. A inspiração para o projeto das chamadas escolas experimentais era o Lab School, de Chicago, nos Estados Unidos. Tal qual aponta Juracy Silveira, em seu manual, os conteúdos eram trabalhados de maneira integrada entre as disciplinas, partindo de um projeto, por exemplo, “a vida no campo” (Silveira, 1960, p. 134). No caso citado pela educadora, as histórias trabalhadas nas aulas de leitura, os problemas da aula de matemática, os estudos de ciências, estariam voltados para o tema do projeto. Para maiores informações, ver: XAVIER, Libânia Nacif; PINHEIRO, José Gledison Rocha. “Da Lab School de Chicago às Escolas Experimentais do Rio de Janeiro dos anos 1930”. In: **História da Educação**; Porto Alegre, V. 20, n. 50, Set/Dez 2016; p.177-191.

é importante ressaltar que a Escola Guatemala se tornou experimental a partir de 1955, por intermédio de um convênio com o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), órgão federal (Santos & Lima; 2016). A Escola Experimental Guatemala passou a se configurar em polo de formação de professores primários, recebendo, inclusive, professores de outros estados brasileiros. Esses professores buscavam conhecer a “Pedagogia Experimental”, desenvolvida pela escola, inspirada na pedagogia das escolas norte americanas, para tentar implementá-la em suas escolas de origem. A educadora Juracy Silveira participou deste processo, bem como foi dirigente de escolas experimentais nos anos de 1930 e 1940.

Ao discorrer sobre o papel do professor na formação do público leitor, Silveira afirma que “[...] A função do professor não se limita a ensinar a ler, mas a propiciar experiências de leitura que estimulem os interesses, criando-se no aluno a atitude de desejar ler o que é belo, útil e construtivo.” (Silveira, 1960, p. 47). Além do ensino dos aspectos técnicos que envolvem o processo de leitura e de escrita, seria também papel do professor (e, conseqüentemente, da escola) o direcionamento dos livros que circulariam entre os educandos. Seria, portanto, papel da escola proporcionar às crianças leituras consideradas adequadas, com predicativos que envolvessem o privilégio de histórias fantasiosas, linguagem simples e adequada ao desenvolvimento psicológico e cognitivo das crianças e que, ao mesmo tempo, fossem capazes de divertir e educar a partir de ensinamentos morais e éticos.

Embora tratasse da literatura infantil, o compêndio de Bárbara de Vasconcelos Carvalho apresenta algumas considerações sobre o que deveria ser a função da escola na formação do público leitor. “[...] o que desejamos recomendar aos jovens professores é que eles saibam orientar as leituras, de acordo com a idade do educando e, conseqüentemente, com os seus interesses, sabendo substituir tudo aquilo que não convém à sua formação psicológica [...]” (Carvalho, 1959, p.10). A atribuição de escolher e direcionar os livros considerados adequados era tarefa dos professores. Por isso fazia sentido o estudo da literatura infantojuvenil no âmbito do curso de formação de professores. Ademais, também seria atribuição do professor, segundo Carvalho: “Ao educador não basta contar e transmitir a estória à criança, é necessário conhecê-la em suas causas, para saber contar e dar-lhe sentido enfático, distraindo a infância e imprimindo-lhe este sentido, imperceptivelmente, para o futuro” (Carvalho, 1959, p. 12). A ideia de que o educador mediar a relação entre as crianças e os livros literários que circulavam nas escolas pode ser observada. Para além de escolher os livros a serem trabalhados, seguindo critérios presentes em manuais de ensino de Literatura Infantil, o professor teria a tarefa de estimular os alunos a partir de atividades como contação de histórias, teatralização, leituras compartilhadas.

Considerações finais

A análise dos impressos pedagógicos aqui empreendida aponta para a circulação de certas ideias sobre a literatura infantil e a formação de leitores que já estavam sendo debatidas desde, pelo menos, a década de 1930: a classificação dos livros infantis por faixa etária; a atribuição de interesses de acordo com as ideias do público leitor almejado, bem como a defesa do elemento fantástico nas narrativas ficcionais para crianças podem ser mencionadas como exemplos. A preocupação com a formação de leitores e a mediação de professores no que se refere à literatura em circulação nas escolas, pelo menos no cenário das escolas normais do Rio de Janeiro e de São Paulo, parece ser recorrente ao longo de trinta anos. A configuração da disciplina Literatura Infantil, no Distrito Federal, e em São Paulo, na década de 1940 (Oliveira & Trevisan, 2012), respectivamente nas décadas de 1930 e 1940, pode ser interpretada como ponto importante dessa aproximação entre a escola e os livros ficcionais destinados às crianças, uma vez que tinham por objetivo ensinar aos professores em formação como deveriam escolher os livros a serem postos em circulação nas escolas, bem como as formas possíveis de trabalhá-los com os alunos.

Ainda que os primeiros manuais em que os conhecimentos sobre os livros infantis foram sistematizados datem, aproximadamente, das décadas de 1950 e 1960, a apropriação de estudos

sobre o desenvolvimento psicológico e cognitivo das crianças como chave interpretativa para compreensão da literatura infantil e a relação desta com seus leitores vinha se desenvolvendo previamente. Na década de 1930, por exemplo, na escassez de estudos específicos, buscou-se compreender a criança, seus gostos, interesses e pretensas necessidades sob a perspectiva dos adultos estudiosos para que, assim, pudessem direcionar os livros infantis que melhor se adequassem às características desse público leitor em formação.

Os impressos didáticos, assim, em circulação nas décadas posteriores à criação da disciplina literatura infantil, configuram-se suportes de circulação de ideias acerca dos livros para crianças, no âmbito dos cursos de formação de professores, em um momento em que, aparentemente, os estudos teóricos sobre a temática continuavam incipientes. De forma mais sistematizada, as apropriações de estudos e ideias pedagógicas e a relação estabelecida entre estas e os livros infantis tornam-se mais perceptíveis com os manuais. Na qualidade de ícones geracionais, pode-se inferir, então, que o manual e o compêndio aqui analisados marcaram uma geração de alunos do curso normal, ainda sob o resquício de ideias e projetos educacionais amplamente difundidos e debatidos nas décadas anteriores.

Referências

BOTO, Carlota. A civilização escolar pelos compêndios didáticos de formação de professores. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v.34, n.70, p.155-178, jul./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.58075>.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. p.5-24, 2002.

CLAPARÈDE, Edouard. *Psicologia del niño y Pedagogia experimental*. Madrid, España. Libreria de Francisco Beltrán; 1927.

COSTA, Aline Santos. *A conformação da Literatura Infantil como disciplina no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1938)*. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Aline Santos. *A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor infantojuvenil no Governo Vargas (1936 – 1938)*. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA, Adriana Mendonça. Estado Novo, Educação e Guerra nas páginas da Revista Educação (1939-1943)”. *Boletim do Tempo Presente*, v.10, n.3, 2021. p. 39-53.

ESCOLANO, Agustín. “El Manual como texto”. *Pro-Posições*, v.25, n.3 (69), p.33-50, set/dez 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300003>.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan/abr.2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100008>.

GOMES, Angela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e Política Cultural na Era Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p.116-133, set./nov. 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i59p116-133>.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org). *Intelectuais mediadores: Práticas Culturais e políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2016.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. Considerações sobre a história do ensino da literatura infantil nos cursos normais no Brasil: o pioneirismo de Bárbara Vasconcelos de Carvalho. *Revista História da Educação*. Porto Alegre, v.15, n.34, p.123-140, mai./ago. 2011.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. *História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. *Bárbara Vasconcelos de Carvalho e o ensino de Literatura Infantil no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues; TREVISAN, Thabata Aline. A literatura infantil na formação de professores primários no Brasil: contribuições de Bárbara V. Carvalho (1959) e Antônio D'Ávila (1961). *Rev. Diál. Educ.*, v.12, n.32, p.365-385, maio/ago 2012. DOI: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.6091>.

PEREIRA, Ana Bela. Manuais escolares: estatutos e funções. *Revista Lusófona de Educação*, 15, 2010.

PIAGET, Jean. *O pensamento e a linguagem da criança*. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes; 1993.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos; LIMA, Cecília Neves. “A pedagogia experimental e a formação de professores (1950-1970): análise de duas experiências didáticas incomuns”. *Revista Praxis*, v.8, n.16, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25119/praxis-8-16-694>.

SILVA, Arlete Pinto de Oliveira, “Juracy Silveira”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader de Medeiros (org). *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da formação do leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2009.

SILVA, Márcia Cabral da; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani (org). *Literatura, leitura e educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575114971>.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista, SP: CDAPH, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas – SP: Autores Associados: 2009.

XAVIER, Libânia Nacif; Pinheiro José Gledison Rocha. “Da Lab School de Chicago às Escolas Experimentais do Rio de Janeiro dos anos 1930”. *História da Educação*. Porto Alegre, v.20, n.50, set./dez. 2016; p.177-191. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/62397>.

ZILBERMAN, Regina. *A Literatura Infantil na Escola*. São Paulo: Global, 2003.